

## VI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2016)

### **IMPLICAÇÕES DA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO BRASILEIRO: expansão ou democratização?**

Autor: Carolina Rosa Kader

Orientador: Professora Daniela de Oliveira Pires<sup>1</sup>

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

Classificação temática: Direitos Sociais no Contexto dos Direitos Humanos

O presente estudo possui como objetivo analisar as implicações da promoção de políticas públicas para o Ensino Superior, em atendimento ao primado constitucional do acesso aos níveis mais elevados de ensino, a partir da década de 1990 até os dias de hoje. Assim, pretende-se problematizar se tais políticas públicas resultaram na expansão ou na plena democratização deste acesso. Para tanto, será realizada uma análise histórica e conjuntural, a partir das Cartas Políticas, referente ao direito de todos e no dever do estado na garantia do direito à educação, observando as questões relativas ao Ensino Superior, demonstrando que as políticas públicas em vigor, são implementadas por meio das parcerias público-privadas. A metodologia da pesquisa terá como base a análise bibliográfica e legislativa, com enfoque no Direito Constitucional e nas Políticas Públicas. É possível observar que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem-se um avanço no que tange ao tratamento e aos mecanismos legais de proteção e promoção do direito à educação, evidenciando a garantia deste direito, enquanto uma política social. Em que pese, a partir da década de 1990, com a crise do capitalismo e as suas estratégias de superação, neoliberalismo, terceira via, globalização, no qual a promoção do direito à educação deixa de significar uma responsabilidade exclusiva do Estado, sendo repassada também para a sociedade civil, por meio das chamadas entidade do Terceiro Setor, por meio das Organizações Sociais e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Com relação específica ao ensino superior, algumas alternativas foram propostas no que tange a ampliação do acesso, através de diversas políticas públicas, entre elas ampliação de vagas e novas modalidades de cursos através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como, políticas de ações afirmativas, que reservam recursos em benefício de indivíduos pertencentes a grupos discriminados por uma exclusão socioeconômica no passado ou no presente, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a política de cotas. O trabalho encontra-se em fase inicial de levantamento de dados bibliográficos, mas é possível concluir preliminarmente que as políticas afirmativas no âmbito da educação não buscam tão somente a ampliação do acesso, mas também a democratização de uma formação superior de qualidade, porém, é visto que a implementação de tais políticas de

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público

inclusão, tal como o PROUNI, resultaram em uma expansão do sistema privado de ensino. Sendo assim, constata-se que a forma como a política pública para o ensino superior está estruturada, promove uma contradição, no que tange a democratização deste acesso, a permanência e também a qualidade do ensino. Além disso, não se coaduna com o objetivo estabelecido a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, de ampliação do papel do Estado no campo dos direitos sociais, tem-se uma gradativa diminuição da sua atuação, desta forma, dividindo atribuições e deveres estatais com o setor privado, no que se refere ao Ensino Superior.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Estado. Política Pública. Expansão. Democratização. Parceria Público Privada